

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA





Campo Grande/MS

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Agenda

https://docs.google.com/document/d/1YykAffRTp9REKV1ps8y0oenAHmYahZvDyl_FsurKUYo/edit?usp=sharing



Membros

<i>Instituição</i>		<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
1	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Henrique Breda Arakawa	Verônica Alberto Barros
2	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Mauro Costa Cavalcante Filho	Benício Ribeiro Franco Neto
3	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Rothier Flores De Siqueira Júnior	Andrei de Abreu Sodre Polejack
4	Estado-Maior da Armada - Marinha do Brasil (EMA/MB)	Cap. Sergio Santos Dias Carneiro	Cap. Romivaldo Silva Vasques
5	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Michel Lopes Machado	Ivan Teixeira
6	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Luiz Sergio Ferreira Martins	Rosemary de Jesus de Oliveira



Membros

	<i>Instituição</i>	<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
7	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	Rivetla Édipo Araújo Cruz	Carolina Amorim Da Silva Bittencourt
8	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Mauro Costa Cavalcante Filho	Benício Ribeiro Franco Neto
9	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAPA/GO)	João Asmar Júnior	Alisson Luis Ferreira
10	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG)	Leandro Carmo Guimarães	Caio Alexandre Santos Caxico Vieira
11	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP)	Paula Maria Gênova de Castro Campanha	Lídia Sumile Maruyama
12	Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Mato Grosso do Sul (SEMADESC/MS)	Pedro Mendes Neto	João Sotoya Takagi



Membros

	<i>Instituição</i>	<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
13	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná (SEDEST/PR)	Taciano Cesar Freire Maranhão	Francisco Caetano Martin
14	Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso (SEAF/MT)	Eduardo Silva Dantas	Brásílio Antônio Ferreira Soares
15	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAGRI/RS)	Marlon Hilgert Arenhardt	Paulo Christiano Bortoloto Paim
16	Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)	Frank Max Marques	Rodrigo Pinzegher Silveira
17	Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)	Laís Belsito	Jairo Gund
18	Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo (ACERT)	Ademilson Esquivel Rodrigues	Luiz Fellipe Freire Nimer



Membros

	<i>Instituição</i>	<i>Titular</i>	<i>Suplente</i>
19	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)	Diva Helena Nogueira Miyazaki	Laurice Yoko Arita
20	Federação das Colônias e Associações de Pescadores e Aquicultores do Estado do Espírito Santo (FECOPES)	Carlos Roberto Alves Belonia	Milton Jorge
21	Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul (FEPERS)	Gilmar da Silva Coelho	Itamir Jose Lizot
22	Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)	Nyamien Yahaut Sebastien	Sergio Makrakis
23	Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES -RS)	Alexandre Carinha Novo	Charles Antônio Pousada da Hora
24	Sindicato dos Pescadores de Jaguarão, Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar - RS	Olimar Jesus Ferreira Porto	Claudenir Moraes Machado



Convidados

1	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Mato Grosso (SFPA/MT)	Giuvania Maria Soares Lopes
2	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Mato Grosso do Sul (SFPA/MS)	Vilma Galvão da Rosa
3	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Goiás (SFPA/GO)	Leica Cruvinel Guimaraes
4	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Distrito Federal (SFPA/DF)	Vitor José De Andrade Júnior
5	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de São Paulo (SFPA/SP)	Audrey Rodrigues De Oliveira
6	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Minas Gerais (SFPA/MG)	Roberto Xavier Ribeiro
7	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Paraná (SFPA/PR)	João Geraldo Barros



Convidados

8	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Santa Catarina (SFPA/SC)	Delcy Norberto Batista
9	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Espírito Santo (SFPA/ES)	Robson Luiz Martins Barbosa
10	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro (SFPA/RJ)	Matheus De Lima Monteiro
11	Laboratório de Ictiologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Fernando Rogério de Carvalho
12	Assessoramento Técnico da Biodiversidade e Florestas-DATEC/DBFLO/IBAMA	Sara Mota
13	Fórum do Delta do Jacuí	Cristiano Quaresma
14	Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueiro no âmbito Pesqueiro (COMIRIM)	Roselein Termezana Dias



Convidados

15	Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira	Waldileno Xavier da Silva
16	Colônia de Pescadores Z-10 de Fátima do Sul/MS	Maria Antonia Poliano
17	Colônia de Pescadores Z-05 de Miranda/MS	Aparecido Antonio Martinez Areco
18	Colônia de Pescadores Z-03 de Três Lagoas/MS	Antônio de Souza Farias
19	Colônia de Pescadores Z-01 de Corumbá/MS	Luciene de Lima
20	Colônia de Pescadores Z-15 Porto Caiuá-Naviraí/MS	David dos Anjos
21	Colônia de Pescadores Z-14 Ladário/MS	Elis Regina Severino
22	Colônia de Pescadores Z-02 de Coxim/MS	Armindo Batista dos Santos Filho
23	Associação de Pescadores de Porto Caiuá-Naviraí/MS	Clodoaldo Francisco Santos



Convidados

24	Colônia de Pescadores Z-09 de Angélica/MS	Amanda da Silva Santana
25	Colônia de Pescadores Z-24 de Presidente Epitácio/SP	Carlos Roberto Gorre
26	Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER)	Rogério Monteiro Costa e Silva
27	Gerência de Recursos Pesqueiros e Fauna do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL)	Vander Melquiades F. De Jesus
28	Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Mato Grosso do Sul	Artur H. L. Falcette



Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS (REDE PESCA BRASIL)
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS CONTINENTAIS
DAS BACIAS DO PARAGUAI, PARANÁ, URUGUAI, ATLÂNTICO SUL E ATLÂNTICO SUDESTE (CPG CENTRO-SUL)

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

São Paulo/SP, 24 e 25 de outubro de 2022

1. ABERTURA

No dia 24 de outubro de 2022, às 09h00, o Coordenador do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul), Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, efetuou os ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo aos presentes e passou a palavra ao Sr. Eduardo de Medeiros Ferraz, Diretor Técnico Substituto do Departamento do Instituto de Pesca, que desejou êxito à 1ª Sessão do CPG Centro-Sul, expressando os votos dos Institutos de Pesca e Biológico. Prosseguindo, a Secretária-Executiva do CPG Centro-Sul, Sra. Akeme Matsunaga, verificou o quórum a pedido do Coordenador, que assim aprovou e declarou formalmente aberta a 1ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul.

Envio: 02/12/2022

Prazo para considerações: até 02/01/2023 (§ 3º do art. 17 da Portaria SAP/MAPA nº 554, de 2022) → até 30 dias após o seu envio

Site MPA:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/pesca/rede-pesca-brasil/comites-permanentes-de-gestao-cpgs/cpg-bacias-centro-sul/1a-reuniao-ordinaria>



Secretaria Nacional de
Pesca Artesanal

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Estrutura organizacional



Secretaria Nacional de **Pesca Artesanal**
SNPA/MPA

Departamento de **Territórios
Pesqueiros e Ordenamento**
DEPOP/SNPA/MPA

Departamento de **Inclusão
Produtiva e Inovações**
DIPI/SNPA/MPA

Coordenação Geral de
Gestão Participativa
Costeiro/Marinha

Coordenação Geral de
Gestão Participativa
Continental

Coordenação Geral de
**Territórios e Integração
de Políticas Públicas**

Coordenação Geral de
**Assistência Técnica e
Extensão Pesqueira**

Coordenação Geral de
**Cadeias Produtivas,
Fomento e Inovação**



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA (CONAPE)

Assessoria de Participação Social de Diversidade (APSD/MPA)

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA





PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA

**Secretaria Nacional de Pesca Industrial,
Amadora e Esportiva**

Carolina Amorim da Silva Bittencourt

Coordenadora-Geral

Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA (PNPA)



OBJETIVO

Promover a atividade de pesca amadora e esportiva de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental no Brasil.



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O PNPA está alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

OS PROGRAMAS

O PNPA será estruturado em **4 (quatro) programas**, cada um deles abordando temáticas específicas que serão trabalhadas de forma colaborativa com os atores envolvidos com a atividade de pesca amadora e esportiva.

P1. Geração de Dados



P2. Ordenamento



P3. Desenvolvimento



P4. Promoção





1 - PROGRAMA GERAÇÃO E GESTÃO DE DADOS

Levantamento e gestão de informações que subsidiem o ordenamento e o desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva.



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



2 - PROGRAMA DE ORDENAMENTO DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA

Elaboração e revisão dos atos normativos
que abarcam a pesca amadora e esportiva

As ações devem ser pensadas a partir da Política Nacional de
Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca,
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2019.



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



3 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PESCA AMADORA E ESPORTIVA

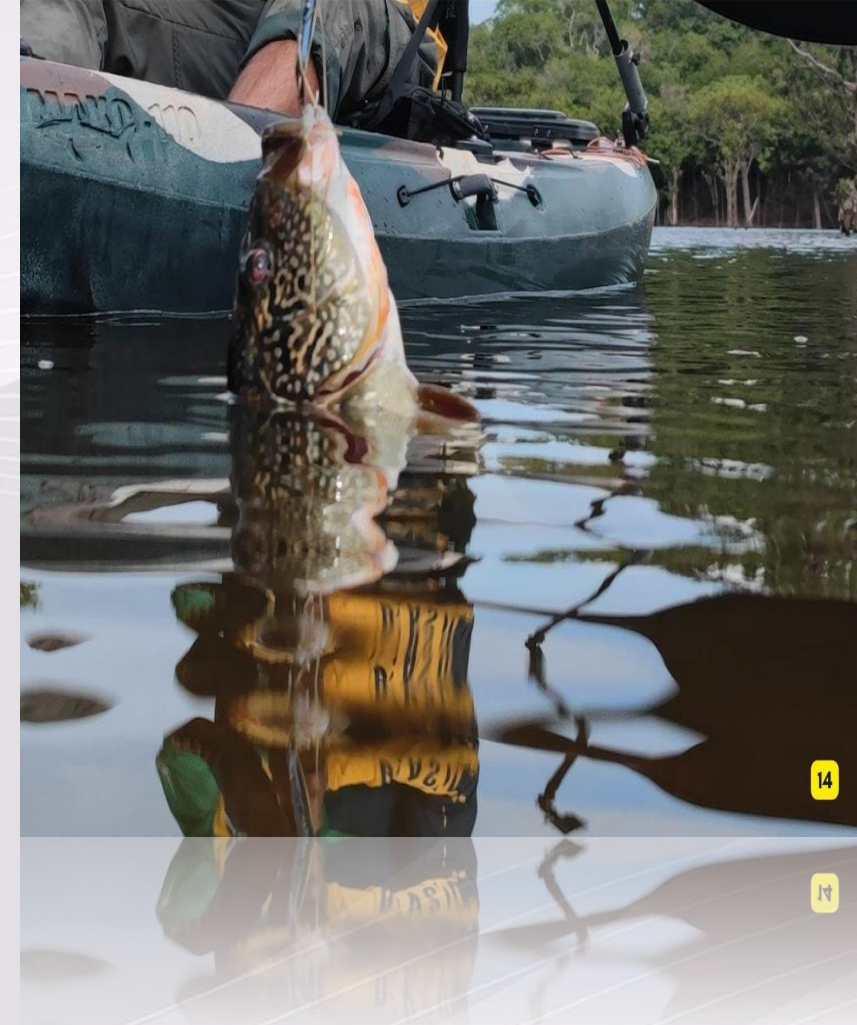
Aprimoramento de infraestrutura, equipamentos e serviços especializados para a realização de campeonatos de pesca e apoio ao turista, devendo ser incluídas iniciativas que garantam a participação das mulheres e de pessoas com deficiência nas atividades de pesca amadora e esportiva.





4 - PROGRAMA DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

Divulgação da atividade de pesca amadora e esportiva em todos os seus aspectos, incluindo a divulgação dos campeonatos de pesca, de campanhas de educação ambiental, das normas de gestão vigentes para a atividade, entre outras.



METODOLOGIA

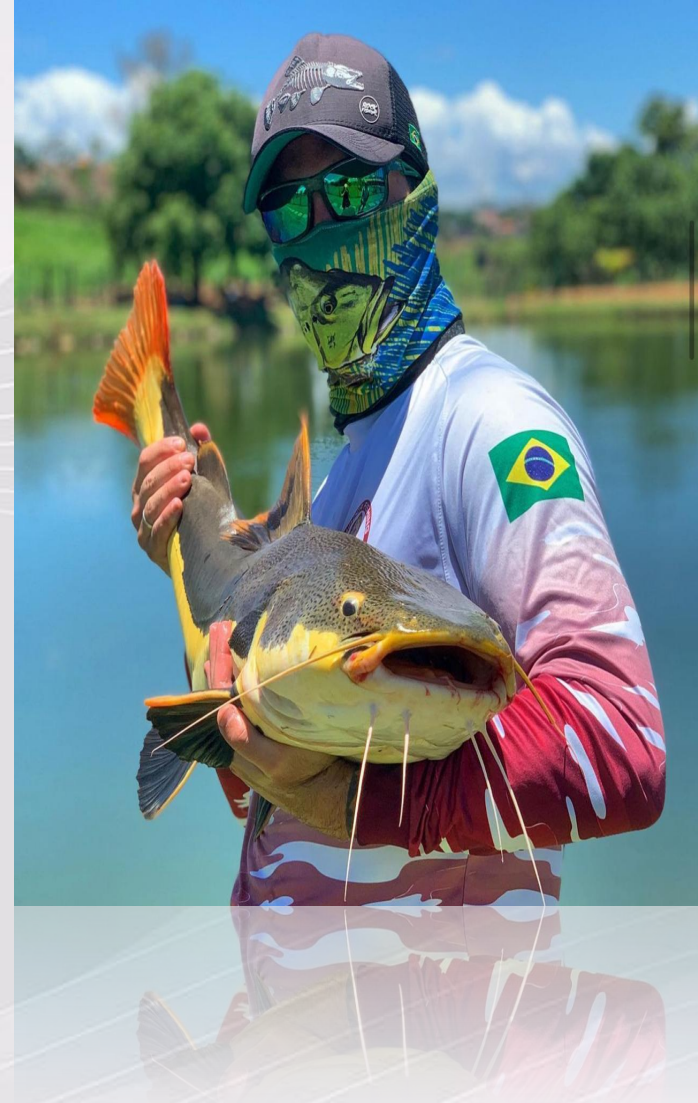
- Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais
- Entidades do Setor da Pesca Amadora e Esportiva

Oficinas Participativas

- Gargalos
- Metas
- Ações
- Prazos
- Responsáveis



AÇÕES VOLTADAS PARA PESCA AMADORA E ESPORTIVA



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

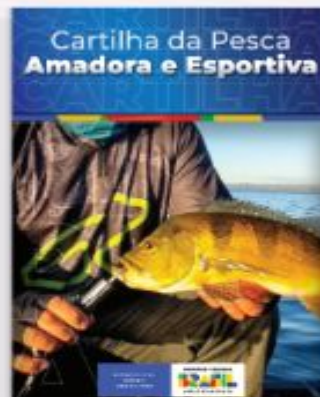
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ações 2023

Lançamento do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva



Cartilha da Pesca Amadora e Esportiva




Participação em Campeonatos de Pesca

[illegible]

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ações 2024



Realização das oficinas do PNPA

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Turismo

Participação em Campeonatos de Pesca

Desenvolvimento de Aplicativo de Monitoramento

Parcerias com Universidades - TED's

- Monitoramento da Piraiba (TAG)
- Material de Divulgação de Boas Práticas (Livro e Websérie)
- Capacitação de Guias de Pesca



Secretaria Nacional da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva

Carolina Amorim da Silva Bittencourt
(carolina.bittencourt@mpa.gov.br)



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



INFORMES DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e
Pesquisa (SERMOP/MPA)

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



SÍNTESE DO PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



02/08/2023 | Salão Nobre | Palácio do Planalto | Brasília/DF

INTRODUÇÃO

- Programa construído pelo Governo Federal com **foco nas pescadoras e nos pescadores artesanais**.
- Almeja incorporar, nas políticas públicas do Estado Brasileiro, as **principais reivindicações das pescadoras e pescadores artesanais** em uma ação integrada;
- Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023;
- **Secretaria Nacional de Pesca Artesanal** no Ministério da Pesca e Aquicultura.





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/08/2023 | Edição: 147 | Seção: 1 | Página: 3

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.626, DE 2 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Povos da Pesca Artesanal, com a finalidade de elaborar e implementar políticas públicas e estabelecer agenda de ações prioritárias, construída de forma participativa, destinadas à defesa, à promoção e ao fortalecimento das comunidades pesqueiras artesanais no território nacional.

Parágrafo único. O Programa será coordenado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - o fortalecimento e a capacitação de pescadoras e pescadores das comunidades pesqueiras artesanais no território nacional, para:

planalto.gov.br



Secretaria Nacional de
Pesca Artesanal

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Objetivos do Programa

- **Fortalecer** e **capacitar** pescadoras e pescadores artesanais para enfrentar desafios e melhorar produção;
- Valorizar **atividades** e **culturas** das comunidades pesqueiras e seus territórios;
- Estimular a **pesquisa e inovação** sustentável;
- Garantir **segurança alimentar** nacional;
- Promover **justiça socioambiental** na pesca artesanal.



Subida de rede.
Fonte: OTSS/FioCruz

Diretrizes do Programa

- **Defesa e promoção** das pescadoras e pescadores artesanais, levando em conta sua diversidade cultural;
- **Combate ao racismo** e discriminação para inclusão socioeconômica;
- **Respeito aos costumes** das diferentes comunidades de pesca;
- Promoção da sustentabilidade ambiental e respeito aos **conhecimentos tradicionais**;
- Apoio aos **modos de organização das comunidades na gestão de recursos e territórios**.



Pescaria Caiçara de Cerco Flutuante.
Fonte: Yoshiaki Miyazaki

AÇÕES EM EXECUÇÃO

- **Projeto Santiago: Condições de trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil** - Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MPA e o Ministério Público do Trabalho (**MPT**) que visa promover a melhoria das condições gerais do trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil.
- **Subprograma Jovem Cientista da Pesca Artesanal** - PIBIC Jr-Convênios entre o MPA e as Fundações de Amparo à Pesquisa (**FAPs**) estaduais com vistas ao fomento de bolsas de iniciação científica juniores para a juventude da pesca artesanal.



- **Subprograma Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil** - Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o **MPA** e o Ministério da Cultura (**MinC**) que visa apoiar, divulgar, fomentar e reconhecer as culturas pesqueiras tradicionais do Brasil.
- **Subprograma Boa Maré** - ACT entre o **MPA** e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (**MDS**) que visa a inclusão socioprodutiva e a segurança alimentar e nutricional das comunidades pesqueiras artesanais.



- **Subprograma do Territórios Pesqueiros Artesanais para sua mesa** - ACT entre o MPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que visa promover a inclusão produtiva, assistência técnica, crédito, educação e regularização para pescadores artesanais e aquicultores familiares.
- **Subprograma Pescado Artesanal Abastecendo o País** - ACT entre o MPA e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que visa incluir a pesca artesanal no PAA, apoiar projetos de beneficiamento, promover feiras nos territórios e estabelecer a pesca artesanal como política pública.



“O **Plano Nacional da Pesca Artesanal** tem por objetivo oferecer as bases para a construção de uma **política de Estado multidimensional** (ordenamento, extensão, educação, saúde, gênero, sexualidade, territórios, cadeia produtiva, juventude etc.) para a pesca artesanal, para os **próximos 10 anos**.”



Diretrizes

- Participação Social e respeito à autodeterminação das comunidades pesqueiras.
- Igualdade de gênero, étnico-racial e juventude pesqueira.
- Base Científica.
- Sustentabilidade.
- Fortalecimento das **Comunidades Pesqueiras** e seus **Territórios**
- **Gestão e Ordenamento Pesqueiro Participativo.**
- **Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e Transição Climática justa.**
- Educação contextualizada para os povos da pesca artesanal.
- Valorização do patrimônio cultural das comunidades pesqueiras.

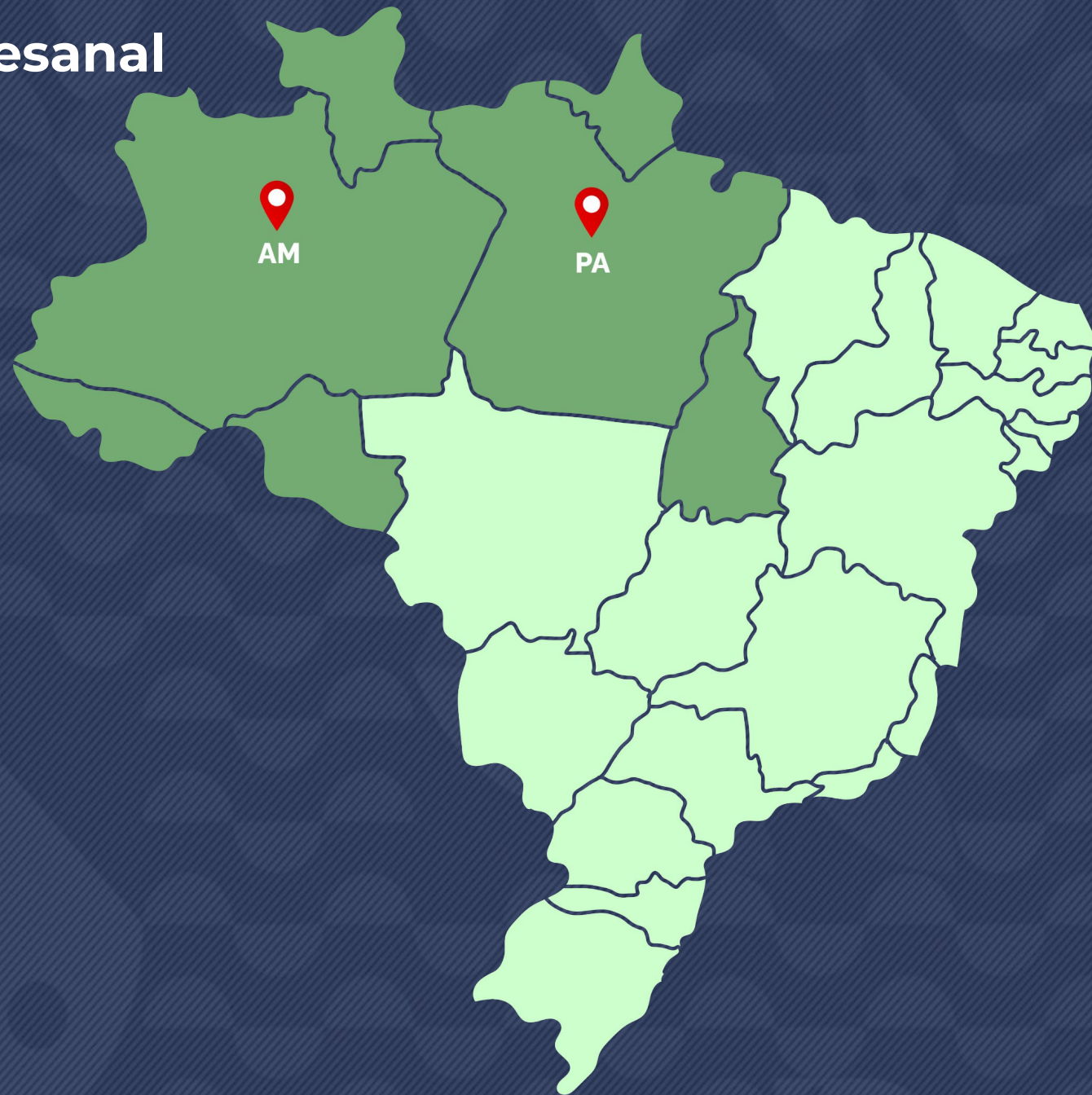


❖ Fórum Nacional da Pesca Artesanal

❖ Plenárias

PLENÁRIA REGIONAL **NORTE**

- AM e PA



❖ **Fórum Nacional da Pesca Artesanal**
❖ **Plenárias**

PLENÁRIA REGIONAL **NORTE**

- AM e PA

PLENÁRIA REGIONAL **NORDESTE**

- BA e PE



❖ **Fórum Nacional da Pesca Artesanal**
❖ **Plenárias**

PLENÁRIA REGIONAL **NORTE**

- AM e PA

PLENÁRIA REGIONAL **NORDESTE**

- BA e PE

PLENÁRIA REGIONAL **CENTRO-OESTE**

- MT



❖ Fórum Nacional da Pesca Artesanal

❖ Plenárias

PLENÁRIA REGIONAL **NORTE**

- AM e PA

PLENÁRIA REGIONAL **NORDESTE**

- BA e PE

PLENÁRIA REGIONAL **CENTRO-OESTE**

- MT

PLENÁRIA REGIONAL **SUDESTE**

- SP e ES



❖ Fórum Nacional da Pesca Artesanal

❖ Plenárias

PLENÁRIA REGIONAL **NORTE**

- AM e PA

PLENÁRIA REGIONAL **NORDESTE**

- BA e PE

PLENÁRIA REGIONAL **CENTRO-OESTE**

- MT

PLENÁRIA REGIONAL **SUDESTE**

- SP e ES

PLENÁRIA REGIONAL **SUL**

- RS e SC



ERINA GOMES

Coordenadora-Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas

erina.gomes@mpa.gov.br

(61) 3276-4274

YOSHIAKI MIYAZAKI

Chefe da Divisão de Territórios Pesqueiros

yoshiaki.miyazaki@mpa.gov.br

(61) 3276-5064

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



POVOS DA
PESCA
ARTESANAL



PLANO DE RECUPERAÇÃO DO PINTADO/SURUBIM

Roberto Ribas Galucci (MMA)

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DA FAUNA AQUÁTICA DO ALTO RIO PARANÁ (PAN ALTO PARANÁ)

Rosemary de Jesus (CEPTA/ICMBio/MMA)

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



INFORMES SOBRE A LEI DO ESTADO DO MATO GROSSO Nº 12.197/2023

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



RECOMENDAÇÕES DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG CENTRO-SUL

Jocemar Mendonça
Coordenador do CPG Centro-Sul

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



REC 1/2022: Criar o Grupo Técnico Científico (GTC) do CPG Centro-Sul.
Em andamento.

REC 2/2022: Os membros devem divulgar o Edital de seleção do Banco Técnico Científico.
Parcialmente concluída.

REC 3/2022: O GTC Centro-Sul deverá avaliar a alteração do período de defeso para toda a Bacia Hidrográfica do Paraná
Pendente.

REC 4/2022: As lideranças da pesca da Bacia Hidrográfica do rio Paraná devem apresentar proposta de alteração ou manutenção do defeso da Bacia a partir de discussão com os pescadores.
Pendente.



REC 5/2022: Recomenda-se que seja consultada a CONJUR do MAPA e do MMA sobre a competência relativa a interface entre o ordenamento pesqueiro e o controle de espécies exóticas invasoras.

Concluída.

REC 6/2022: Avaliar os subsídios referentes à alteração do parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 25, de 1º de setembro de 2009, permitindo o uso dos camarões *Macrobrachium rosenbergii*, *M. amazonicum*, *jelskii* e do caranguejo *Dilocarcinus pagei* como iscas, definindo os apetrechos adequados. Assim como atualizar os nomes científicos das espécies de peixes da Instrução Normativa IBAMA nº 26, de 2 de setembro de 2009.

Pendente.



REC 7/2022: Deve ser encaminhado para avaliação do GTC Centro-Sul e conhecimento dos membros do CPG os subsídios referentes à proposta de estabelecimento dos tamanhos mínimos de captura para o jundiá (*Rhamdia spp.*); o pintado (*Pimelodus maculatus*); a Viola (*Loricarichthys anus*); a traíra (*Hoplias malabaricus*); e o peixe-rei (*Odontesthes humanensis*), bem como do tamanho de malha a ser utilizado na Lagoa Mirim e Mangueira.

Pendente.

REC 8/2022: O GTC deverá avaliar a possibilidade de padronização das normas federais sobre os períodos de defeso e dos tamanhos mínimos de captura das espécies que ocorrem nas bacias do rio Paraná e do rio Paraguai, nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Pendente.



REC 9/2022: Avaliar a possibilidade de padronização das normas federais e estaduais sobre os tamanhos mínimos de captura das espécies que ocorrem nas bacias do Centro-Sul.

Parcialmente pendente.

REC 10/2022: Solicitar ao MMA a criação de um plano de controle de espécies exóticas de interesse comercial para a pesca na Bacia do rio Paraná, com enfoque especial no Pirarucu (*Arapaima gigas*).

Parcialmente pendente.

REC 11/2022: Formalizar ao MRE as demandas recepcionadas sobre os conflitos existentes nas regiões de fronteiras que contemplam as bacias hidrográficas do Centro-Sul.

Pendente.



REC 12/2022: Deverá ser avaliado pela SAP/MAPA a possibilidade de exigir a apresentação de comprovante da comercialização do pescado no ato de manutenção da carteira de pescador.

Parcialmente pendente.

REC 13/2022: Solicitar ao IBAMA quais são os procedimentos legais para realizar o repovoamento de espécies nativas.

Parcialmente pendente.

REC 14/2022: Solicitar ao IBAMA, MMA e órgãos ambientais estaduais a realização de um Simpósio/Workshop sobre repovoamento de espécies nativas nas Bacias do Centro-Sul em empreendimentos hidrelétricos.

Parcialmente pendente.



REC 15/2022: Solicitar da SAP/MAPA e dos estados o levantamento dos empreendimentos de aquicultura com criação de espécies exóticas invasoras.

Parcialmente pendente.

REC 16/2022: Solicitar à SAP/MAPA e aos órgãos estaduais uma avaliação nas normas de ordenamento da aquicultura no que tange o escape de espécies exóticas invasoras e sua relação com a biossegurança.

Parcialmente pendente.



GRUPO TÉCNICO-CIENTÍFICO (GTC) DO CPG CENTRO-SUL

Jocemar Mendonça
Coordenador do CPG Centro-Sul

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



1. Alan Carvalho de Sousa Araujo, Engenheiro de Pesca;
2. Alberto Toledo Resende, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro;
3. Ariane Furtado de Lima, Engenheira de Pesca;
4. Carla Simone Pavanelli, da Universidade Estadual de Maringá;
5. Daniele Menezes Albuquerque, da Universidade Federal da Grande Dourados.
6. Diego Carvalho Viana, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão;
7. Fernando Rogério de Carvalho, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas/MS.

8. José Heliuton Sales Leal Júnior, Engenheiro de Pesca; e
9. Lídia Sumile Maruyama, do Instituto de Pesca do estado de São Paulo;
10. Marcelo Barbosa Henriques, do Instituto de Pesca do estado de São Paulo;
11. Maurício Lang dos Santos, da Prefeitura Municipal de Imbé do estado do Rio Grande do Sul;
12. Paula Maria Gênova de Castro Campanha, do Instituto de Pesca do estado de São Paulo;
13. Renata Bazante Rodrigues, Bióloga.

DEMANDAS RECEPCIONADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL (SNPA/MPA)

Akeme Milena Ferreira Matsunaga
Coordenadora de Gestão Pesqueira
Secretária Adjunta do CPG Centro-Sul

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Demandas recebidas pelo MPA

- Repactuação Mariana;
- Ordenamento da pesca do pintado ou surubim;
- Alteração do período de defeso da bacia hidrográfica do rio Paraná;
- Regramento da pesca nas Lagoas Mirim e Mangueira, no Estuário da Lagoa dos Patos e na Bacia do Rio Tramandaí;
- Normas de pesca relacionadas à bacia do rio Paraná e Paranapanema;



Demandas recebidas pelo MPA

- Surubim e pacamã -> Portaria MMA nº 148/2022;
- PL 2788/2019 que Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) -> Demanda dos pescadores e aquicultores de MG atingidos por barragensMG;
- Proposta do Fórum dos Pescadores do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos para o manejo sustentável do bagre (*Genidens barbus* e *Genidens planifrons*) na Laguna dos Patos, Lago Guaíba e Bacia do Rio Tramandaí;



Demandas recebidas pelo MPA

- Projeto de Capacitação para Pescadores - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC *Campus* Itajaí);
- Acidente Ambiental na PCH Pedra do Garrafão/ES;
- Fórum dos Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis;
- Informação sobre continuidade à atividade de pesquisa sísmica marítima 3D, na Bacia Sedimentar de Santos;



Demandas recebidas pelo MPA

- Acordo de Cooperação Técnica (Itaipu);
- Apoio a cadeia produtiva da pesca artesanal -> equipamentos;
- Convênios, Termos de Fomento;
- Inclusão das mulheres do Pantanal no GT Mulheres;
- Educação das águas para as comunidades pesqueiras (Ilhéus do rio Paraná).



Recomendações 2ª Sessão Ordinária



Secretaria Nacional de
Pesca Artesanal

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Calendário: 3ª Sessão Ordinária



Secretaria Nacional de
Pesca Artesanal

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO